

Sindsep/MA e Sindsef-RO encampam petição online em defesa de plano de saúde para os intoxicados da ex-Sucam

O Sindsep/MA que sempre defendeu veementemente em vários processos judiciais e em atividades de paralizações os servidores da extinta Sucam (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública), também luta pela aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição, a PEC 101 de 2019, que busca garantir Plano de Saúde e assistência aos intoxicados da Ex-Sucam.

Com seu histórico reconhecido como uma questão humanitária, os servidores intoxicados travam essa batalha por um tratamento digno de saúde há anos, e nesse período de tempo, veem sofrendo problemas graves resultantes de sequelas pela exposição prolongada a produtos como o DDT.

Ao longo dos anos o Sindsep/MA vem encampando essa luta de reconhecimento de direitos dos servidores da ex-Sucam com relação à questão dos intoxicados, tendo inclusive, forçado a União através de ação judicial a realizarem exames periódicos que visavam a prevenção de doenças relacionados ao manuseio de DDT.

O Sindsep/MA em conjunto com o Sindsef-RO – que foi o precursor da campanha – colocaram no ar uma petição online para fortalecer ainda mais a busca por apoio de parlamentares no intuito da aprovação da PEC 101/19.

Em matéria publicada pela Condsef, ontem, 29, o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, que também assina o documento pela aprovação da PEC 101/19,

apontou para a importância dessa campanha. "Vários servidores continuam sofrendo sem que o governo reconheça efetivamente os casos como acidente de trabalho. O objetivo é garantir suporte para tratamento desses trabalhadores e suas famílias", destaca.

Ainda de acordo com a matéria, a PEC foi sugerida justamente com a expectativa de que esses trabalhadores possam contar com pronta assistência médica, uma vez que a maioria deles não possui qualquer plano e não tem recebido a atenção necessária na rede pública. É o que conta o coordenador da Comissão Nacional dos Intoxicados da Condsef/Fenadsef e secretário-geral do Sindsef-RO, Abson Praxedes. Acompanhando essa luta de perto há anos, Praxedes define a situação dos

intoxicados como gravíssima, principalmente quando se observa o índice de mortalidade precoce.

A Confederação ainda fez questão de lembrar que em levantamento realizado em diversos estados em 2019 apontava que de 383 óbitos analisados entre servidores intoxicados, mais de 55% das vítimas tinham menos de 60 anos. Cerca de 90% faleceram com menos de 30 anos, após o contato inicial de manuseio com o DDT. Só 12,53% dos intoxicados alcançaram a expectativa de vida nacional que é acima dos 75 anos.

O Sindsep/MA pede o comprometimento da categoria para que assinem a petição online, que está disponível no site e nas redes sociais da entidade.

Doar é um gesto de amor



O que precisamos:

Material de limpeza e higiene pessoal

Período da campanha: 01/07 a 01/08

Contato para doações:

(98) 98184-7926 (Karina Lindoso)





Economistas propõem reforma Tributária com isenções a pobres e pequenas empresas

Enquanto o ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, apresenta uma reforma Tributária que só piora a desigualdade social, economistas progressistas concluíram no último domingo (26) oito propostas de leis tributárias que consideram justas, urgentes e necessárias para conter o agravamento da crise econômica provocado pela pandemia do coronavírus (Covid 19).

Para sair dessa crise que parece não ter fim, os economistas propõem no documento “Tributar os super-ricos para reconstruir o país”, isenções aos mais pobres e as pequenas empresas, incidência maior sobre as altas rendas e o grande patrimônio, que oneraria apenas 0,3% da população mais rica e fortaleceria também estados e municípios, gerando um acréscimo na arrecadação estimado em R\$ 292 bilhões.

“Devido à urgência imposta pela pandemia nós incluímos na nossa apresentação todos os projetos de lei sobre o tema, que não são mudanças constitucionais para que possam ser aprovados ainda este ano e começar a valer em 2021”, explica o coordenador do estudo, o economista Eduardo Fagnani.

Segundo ele, as oito propostas estão em sintonia com a Emenda Substitutiva Global (EMC 178/2019) à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019 que tramita no Congresso Nacional. A EMC, inspirada em dois estudos técnicos que constituem a formulação do pro-

jeto de Reforma Tributária Solidária, Justa e Sustentável, contou com mais de 200 assinaturas de parlamentares progressistas do PT, PC do B, PDT, PSB, Psol e Rede e recebeu apoio do Consórcio dos governadores do Nordeste.

Para Fagnani, por causa da pandemia é preciso inverter a urgência das propostas apresentadas pela EMC 178/2019. “Com o agravamento da crise é preciso mudar os planos, invertendo a ordem do texto da emenda global tributando primeiro a renda e o patrimônio e depois faríamos a reforma sobre o consumo, mas de uma forma diferente da apresentada pelo governo que pune mais os pobres do que os ricos”, diz o economista.

A Emenda Substitutiva Global proposta pela oposição aponta que, para a queda da desigualdade, é preciso um sistema tributário progressivo e maiores gastos públicos no campo social.

Com apenas 1% da população detendo 30% da riqueza de todo o país, o Brasil é o campeão do mundo em desigualdade social. É um abismo social que só aumenta, como demonstrou a ONG Oxfam Brasil com base em dados do ranking da revista “Forbes. De acordo com a pesquisa, 42 bilionários brasileiros tiveram um aumento de US\$ 34 bilhões em suas fortunas durante a pandemia do coronavírus (Covid 19).

Juntos, o patrimônio líquido dos mais ricos subiu de US\$ 123,1 bilhões em março para US\$ 157,1 bilhões em julho deste ano. Já quase metade da população brasileira sobrevive com o auxílio

emergencial de apenas R\$ 600,00.

“A elite brasileira não percebe que o capitalismo precisa de consumidor. Ela não percebe que se reduzir a desigualdade, principalmente a da renda, as pessoas vão ter mais dinheiro e, com isso vão querer comprar mais, e se elas comprarem mais vai ter demanda, as empresas poderão investir e faturar mais”, defende Fagnani.

Para ele, o ministro da Economia representa a elite brasileira retrógrada e ignorante que não percebe que se o país crescer ela vai ser a maior beneficiada.

“O 1% mais rico tem poder econômico e o poder econômico tem impacto sobre o parlamento, financiando campanhas, pauta a grande imprensa e tem poder sobre o Judiciário”, afirma o economista, ao explicar porque as propostas apresentadas pelos progressistas são difíceis de serem aprovadas.

Fagnani lembra que os bilionários dos países mais desenvolvidos lançaram um manifesto pedindo aos seus governos que os taxem mais, para que possam pagar mais impostos que revertam em favor da população.

“Os bilionários do mundo estão percebendo a gravidade da crise, semelhante a do século passado, que a desigualdade coloca em risco a própria sobrevivência do capitalismo e que com esta pandemia, a desigualdade no mundo que já é extrema se amplia muito mais”, afirma.

Fonte: CUT